

Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal 13.473/2016, pelas Leis Federais 6.404/76, 11.445/2007 e a Lei das Estatais 13.303/2016. Com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de duração indeterminada. Com objeto social de planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do acesso, sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira a longo prazo, em cumprimento à política de gestão e às regras regulatórias do setor ditado pelo Poder Executivo municipal, titular do serviço de saneamento. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARISB – Agência reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais.

Guerra de Israel vs. Hamas

A eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, reverberou na economia global; principalmente, devido ao envolvimento de outros países. Segundo projeções econômicas, nesse contexto, o preço do petróleo alcançará patamares elevados, fazendo o crescimento global (PIB mundial) recuar; pois o Oriente Médio desempenha papel chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação, ainda lidando com a inflação gerada após a invasão da Rússia à Ucrânia.

A companhia está monitorando atentamente as repercussões desses conflitos e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

2. Base de Elaboração e Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos ou passivos.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e disposto na nota explicativa nº 3 daquele período.

A companhia declara que as principais práticas e políticas contábeis, constantes na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais findas em 31 de dezembro de 2022, permanecem válidas para estas informações findas em de 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração da companhia em 06 de fevereiro de 2024. A administração declara, ainda, que todas as informações relevantes

próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados das demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado.

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita e do regime de competência.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de perda estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Uma perda estimada em crédito das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) Perdas Estimadas em crédito de liquidação duvidosa:

De acordo com o NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos adotada pela companhia, a qual contempla a negativação do usuário nas instituições de proteção ao crédito e interrupção dos serviços prestados aos usuários inadimplentes, a perda estimada é constituída com base nos valores já prescritos. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD teve sua metodologia constituída em utilizar uma estimativa calculada com base no histórico dos valores já prescritos dos últimos seis anos, partindo desta lista apurou-se uma média de R\$ 1.199.590,74, a qual foi utilizada para apurar a estimativa de perdas dos 10 períodos ainda não prescritos,

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor entre custo e o valor líquido realizável.

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, e estão demonstrados ao custo médio de aquisição.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são apresentados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, inclusive decorrentes de eventos passados, e a diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações são calculadas de acordo com o método da linha reta (cotas constantes), levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação descritas na nota explicativa 09.

Em janeiro de 2023, a companhia realizou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme disposto no laudo de avaliação datado de 10 de janeiro de 2023, emitido pela empresa Control Consulting Avaliação e Gestão de Ativos, evidenciando os valores para os bens móveis e imóveis, que compõe o patrimônio da CESAMA, assegurando que seus ativos estão registrados contabilmente com valores que não excedem seus valores de recuperação.

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 10.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos e financiamentos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas na contratação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação daquelas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo ou financiamento seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

i) Obrigações trabalhistas e sociais

Representado pelos salários a pagar, provisões para férias e 13º salário, e os benefícios complementares, estes últimos quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, e são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

As provisões são constituídas para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências prováveis, nos montantes considerados necessários e suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir

do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e/ou ambientais, e que estão em andamento.

Os depósitos judiciais são realizados para garantir a continuidade dos processos e em face das determinações judiciais, garantindo o cumprimento da exigência até que a discussão judicial seja finalizada, e são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências prováveis.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido do adicional de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil / ano. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável quanto a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a Companhia não realizou o recolhimento do imposto de renda devido. Mesmo com liminar favorável a Companhia continua a realizar o cálculo do IRPJ, o valor apurado vem sendo registrado diretamente no resultado, em contrapartida a conta do IRPJ a recolher, no com o passivo não circulante, no período de 2010 a dezembro de 2023 o valor registrado é de R\$ 139.282 mil.

A contribuição social, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, conforme previsto na legislação tributária.

l) Juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital a pagar aos acionistas foram calculados nos termos da Lei nº 9.249/1995, e foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme preceitua a legislação tributária e apresentado no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 15.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da administração. A companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Estimativa de perdas em créditos de liquidação duvidosa (EPCLD);
- Depreciação, vida útil e valor residual do ativo imobilizado; e
- Provisão para contingências.

n) Reconhecimento de receita

As receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados, ou seja, são reconhecidas em observância ao regime de competência. E são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos impostos, devoluções/cancelamentos e descontos incidentes sobre elas.

A apropriação da receita de serviços está em linha com o NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, que estabelece o reconhecimento das receitas com base nos contratos firmados com clientes e em um processo de cinco etapas: identificação do contrato, identificação das obrigações do contrato, definição do preço, alocação do preço às obrigações de performance e cumprimento dessas obrigações.

o) Instrumentos financeiros

Os valores dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações e mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da companhia se encontram registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

Aplicações Financeira: A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, e são gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com a NBC TG 48.

Clientes: As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, conforme determina o NBC TG 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

Fornecedores: É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. A companhia possui uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores. A companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias.

p) Arrendamentos

A companhia identificou e separou os contratos que são isentos de reconhecimento (curto prazo e baixo valor), sendo registrados como despesa e os demais contratos como ativo de arrendamento, conforme NBC TG 06 (R2).

q) Reapresentação de saldos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Os saldos das contas afetadas no balanço patrimonial, demonstração de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2022, da companhia, e originalmente emitidas e aprovadas pela sua administração, estão sendo reapresentadas de forma espontânea, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e com objetivo de melhor retratar as informações contábeis daquele período.

A seguir se evidencia as reclassificações, nas alusivas demonstrações financeiras, e que estão sendo reapresentados, em linha com o NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Balanço Patrimonial, notas 6 e 8	<u>31/12/2022</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2022</u>
	Original		Reapresentado
Ativo Não Circulante	3.355		3.355
Impostos a Recuperar	-	3.044	3.044
Outros Valores a Recuperar	3.355	(3.044)	311

Demonstração de Resultados	<u>31/12/2022</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2022</u>
	Original		Reapresentado
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais	(4.009)	(16)	(4.025)
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2.158	16	2.174
	(1.851)	-	(1.851)

Demonstração do Valor Adicionado	<u>31/12/2022</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2022</u>
	Original		Reapresentado
(-) Insumos			
Custos dos serviços vendidos	15.330	(307)	15.023
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	54.980	(673)	54.307
(-) Perdas/ recuperação de ativos	16	79	95
Indenizações e outros	1.062	380	1.442
	71.388	(521)	70.867
Pessoal			
Remuneração direta	48.153	(1.236)	46.917
Benefícios	11.434	1.757	13.191
	59.587	521	60.108

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades de livre gestão e vinculadas estão demonstradas como segue:

	Livre Gestão		Vinculadas		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco	1.324	1.859	3.005	1.660	4.329	3.519
Aplicações Financeiras	49.750	102.013	95.384	71.093	145.134	173.106
	51.074	103.872	98.389	72.753	149.463	176.625

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de primeira linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. Contas a Receber de Clientes

Os valores relativos as contas a receber estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a Receber de Usuários Fatura	50.627	49.996
Parcelamento Usuário	9.292	8.440
Valores a Receber Partes Relacionadas	6.248	1.869
Valores a Receber para Fundo Municipal de Saneamento (2)	1.451	805
Usuários não Identificados (1)	(112)	(209)
Total Contas a Receber	67.506	60.901
(-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.996)	(13.482)
	55.510	47.418

- (1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda, mas ainda não baixados no sistema da Companhia.
- (2) Os valores a receber de partes relacionadas correspondem a créditos a receber das faturas de água e esgoto da Prefeitura de Juiz de Fora (acionista), e estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Prefeitura de Juiz de Fora	6.238	1.868
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	10	1
	6.248	1.869

- (3) Os valores a receber para o Fundo Municipal de Saneamento estão previstos na Lei Municipal nº 14.290 de 19 de novembro de 2021 e Decreto 14.928 de 17 de dezembro de 2021.

- (4) Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A Vencer	11.372	9.350
Vencidos até 30 dias	7.388	6.068
Vencidos de 31 a 60 dias	2.703	2.654
Vencidos de 61 a 90 dias	1.487	1.681
Vencidos de 91 a 120 dias	1.178	1.174
Vencidos de 121 a 150 dias	976	743
Vencidos de 151 a 180 dias	983	662
Vencidos acima de 180 dias	32.239	30.338
	58.326	52.670
Arrecadação a Discriminar não Identificado	(112)	(209)
Total a Receber	58.214	52.461

Parcelamentos	31/12/2023	31/12/2022
2008	44	52
2009	4	4
2010	1	1
2011	5	6
2012	9	13
2013	8	11
2014	10	34
2015	29	74
2016	1	4
2017	1	2
2018	2	51
2019	53	203
2020	405	974
2021	1064	2.095
2022	2867	4.916
2023	4789	-
	9.292	8.440
Total	67.506	60.901

6. Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF s/Aplicações	11.382	7.180
Antecipação de Contribuição Social	2.171	1.599
Antecipação de Imposto de Renda	1.173	998
INSS	48	48
COFINS	2	2
Impostos e Contribuições s/ Conta Água/Esgoto	-	1
Circulante	14.776	9.828
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ a Recuperar	2.055	2.054
Contribuição Social sobre o Lucro	738	738
COFINS a Recuperar	79	112
PIS/PASEP a Recuperar	21	28
COFINS a Recuperar Sobre Ativo Destinação Especifica	-	92
PASEP a Recuperar Sobre Ativo Destinação Especifica	-	20
Não Circulante	2.893	3.044

7. Estoque de Materiais

Os estoques estavam compostos de materiais de consumo e insumo, como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Material Utilizado na Manutenção (a)	4478	4.443
Produtos Químicos	748	450
Material para Consumo	75	368
Material Escritório	75	72
Uniformes	41	50
Equipamento de Segurança	46	32
Ferramentas	26	34
Material de Limpeza e Conservação	21	17
Peças e Acessórios para Veículos	6	4
Total	5.516	5.469

(a) Os estoques de materiais utilizado na manutenção se refere basicamente a materiais hidráulicos, elétricos e material de obra, utilizados na manutenção do sistema de água e esgoto.

8. Outros Ativos

Os outros ativos realizáveis, estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a Terceiros	1.464	1.474
Adiantamento Empregados	283	188
Despesas Antecipadas	94	6
Convênio a Receber	66	66
Outros Créditos	9	4
Circulante	1.916	1.738
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros Créditos	82	82
Despesas Antecipadas	6	65
Valores e Bens	-	164
Circulante	88	311

9. Imobilizado

O imobilizado estava assim composto:

Taxas Médias Anuais - Depreciação %	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido	Total Líquido
-	1.807	-	1.807	1.665
4	12.451	(11.835)	616	719
1,43	19.058	(4.100)	14.958	15.231
20	3.426	(3.317)	109	125
20	2.336	(1.653)	683	1.077
10	8.531	(8.202)	329	244
20	124	(124)	-	-
10	885	(598)	287	142
10	2.159	(432)	1.727	930
4	230.354	(114.167)	116.187	107.455
4	112.487	(53.434)	59.053	48.734
-	247	-	247	247
4	87.875	(13.877)	73.998	65.817
-	52.258	-	52.258	63.628
10	108.951	-	108.951	95.138
2,70	1.830	(1.031)	799	848
	644.779	(212.770)	432.009	402.000

(a) As contas de "Instalações investimento incentivado" e "obras em execução investimento incentivado" foram criadas por determinação da Agência Reguladora, com o objetivo de agrupar os investimentos que devam ter um tratamento regulatório diferenciado.

(b) A conta de "obras em execução" é destinada ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A companhia realizou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme disposto no laudo datado de 10 de janeiro de 2023, emitido pela empresa Control Consulting Avaliação e Gestão de Ativos, concluindo, em síntese, pelo valor recuperável (VNR) de R\$ 1.728.078 mil; portanto, superior ao valor contábil em 30 de setembro de 2023.

	Taxas Anuais de Depreciação %	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2022
Custo							
Terrenos		1.807	142	-	-	-	1.665
Edificações	4	12.451	-	-	-	-	12.451
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	-	-	-	-	19.058
Veículos	20	3.426	-	-	-	-	3.426
Arrendamento de Veículos		2.336	555	-	-	-	1.781
Máquinas Equipamentos	10	8.531	151	-	(27)	-	8.407
Ferramentas	20	124	-	-	-	-	124
Móveis e Utensílios	10	885	182	-	(13)	-	716
Equipamentos de Informática	10	2.159	967	-	-	-	1.192
Sistema de Água	4	230.354	18.564	-	(1.400)	6.447	213.190
Sistema de Esgoto	4	112.487	15.089	-	(1.162)	574	98.560
Inversões Fixas		247	-	-	-	-	247
Instalações Investimentos Incentivado	4	87.875	705	11.465	(575)	3.791	76.280
Obras em Execução Investimento Incentivado		52.258	99	(11.465)	(4)	-	63.628
Obras em Execução	10	108.951	14.900	-	(1.087)	-	95.138
Benfeitorias em Terceiros		1.830	-	-	-	63	1.830
Total Custo		644.779	51.354	-	(4.268)	10.875	597.693
Depreciação Acumulada							
Edificações		(11.835)	(103)	-	-	-	(11.732)
Valor Justo Edificações		(4.100)	(273)	-	-	-	(3.827)
Veículos		(3.317)	(16)	-	-	-	(3.301)
Arrendamento de Veículos		(1.653)	(949)	-	-	-	(704)
Máquinas Equipamentos		(8.202)	(65)	-	26	-	(8.163)
Ferramentas		(124)	-	-	-	-	(124)
Móveis e Utensílios		(598)	(29)	-	5	-	(574)
Equipamentos de Informática		(432)	(170)	-	-	-	(262)
Sistema de Água		(114.167)	(8.432)	-	-	-	(105.735)
Sistema de Esgoto		(53.434)	(3.608)	-	-	-	(49.826)
Benfeitorias em Terceiros		(1.031)	(49)	-	-	-	(982)
Depreciação Investimento Incentivado		(13.877)	(3.417)	-	3	-	(10.463)
Total da Depreciação		(212.770)	(17.111)	-	34	-	(195.693)
Total Líquido		432.009	34.243	-	(4.234)	10.875	402.000

(a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

10. Intangível

O intangível estava demonstrado como segue:

	Taxas Anuais de Amortização %	31/12/2023	31/12/2022
Concessão de Uso		1.984	1.984
Desenvolvimento Software		1.939	1.938
Licença de Utilização		1.597	1.117
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	1.070
Programa de Informática	10	939	939
Total Custo		7.529	7.048
Depreciação Acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(908)	(886)
Programa de Informática		(125)	(104)
Total Depreciação		(1.033)	(990)
Total Líquido		6.496	6.058

Somente as redes mistas de esgoto e água pluvial e o programa de informática estão sendo amortizados. Os demais ativos intangíveis são de vida útil indefinida, pois não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia, conforme NBC TG 04 (R4) - Ativo Intangível.

A movimentação do intangível no período foi o seguinte:

	Taxas Anuais de Depreciação %	31/12/2023	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2022
Concessão de Uso		1.984	-	-		1.984
Desenvolvimento Software		1.938	-	-		1.938
Licença de Utilização		1.598	481	-		1.117
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	-	-		1.070
Programa de Informática		939	-	-		939
Total Custo		7.529	481	-	-	7.049
Amortização Acumulada						
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(908)	(22)	-		(886)
Programa de Informática		(124)	(20)	-	19	(104)
Total Depreciação		(1.032)	(42)	-	19	(990)
Total Líquido		6.497	439	-	19	6.059

11. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos, assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Empreiteiros (a)	9.074	9.120
Fornecedor (b)	1.651	1.743
Arrendamento Veículos	593	1.108
Prêmio de Seguros a Pagar	-	35
Circulante	11.318	12.006
Fornecedores (b)	1.637	889
Não Circulante	1.637	889
	12.955	12.895

(a) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

(b) registra apenas as obrigações com os fornecedores de materiais que são de estoque da CESAMA

12. Empréstimos e financiamentos

Em Moeda Nacional	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CAIXA 0056597-36/2018	2.501	30.664	33.165	2.427	31.183	33.610
CAIXA 26.4260.763.0000001/03	5.200	9.200	14.400	5.200	14.000	19.200
CAIXA 0182288-92/07	236	1.279	1.515	218	1.486	1.704
	7.937	41.143	49.080	7.845	46.669	54.514
Em Moeda Nacional	Encargos	Período Inicial	Período Final	31/12/2023	31/12/2022	
CAIXA 0182288-92/97	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	1.515	1.704	
CAIXA 0056597-36/18	9% + FGTS	31/03/2019	06/08/2038	33.165	33.610	
CAIXA 26.4260.763.0000001/03	3% + CDI	29/01/2022	26/12/2026	14.400	19.200	
				49.080	54.514	

As garantias prestadas nos empréstimos é a arrecadação de receitas decorrentes das tarifas de água e esgoto pagas pelos clientes.

13. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	1.173	871
IRRF	816	668
CSLL	-	-
ISS Retido na Fonte	199	185
INSS Retido na Fonte	233	164
PASEP	251	185
Retenção Contribuição Lei 10.83	122	84
IRPJ	65	65
Total Curto Prazo	2.859	2.222
IRPJ (a)	139.282	125.625
CSLL	1.348	1.372
Total Longo Prazo (a)	140.630	126.997
Total	143.489	129.219

a) A partir de maio de 2010 a companhia obteve liminar favorável quanto a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a companhia não realizou o recolhimento do imposto de renda devido. Mesmo com liminar favorável a companhia continua a realizar o cálculo do IRPJ, e o valor apurado do IRPJ vem sendo registrado diretamente no resultado e em contrapartida a conta do IRPJ a recolher (de 2010 a dezembro 2023).

14. Obrigações Trabalhistas e Sociais

As obrigações trabalhistas e sociais estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	6.887	5.849
Previdência Social	1.271	1.145
Participação Resultado dos Empregados	2.153	2.173
FGTS	422	537
Convênio SESI	98	46
Convênio SENAI	65	30
SENAI	13	12
Rescisão Contratual	-	155
	10.909	9.947 A

15. Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio – JSCP

Essas obrigações estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos - Prefeitura Municipal de JF	431	439
Juros sobre Capital Próprio - Prefeitura Mur	-	13.692
Juros sobre Capital Próprio - DEMLURB	-	1
	431	14.132

16. Outros Passivos

Correspondem a outras contas a pagar e estão assim detalhadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a Restituir Usuários	4.860	4.792
Outros Valores Exigíveis	2.353	1.778
Convênios para Serviços de Arrecadação - FMS	1.451	1.631
Contratos e Convênios para Terceiros	150	-
SENAI Treinamento	109	95
Cauções de Terceiros	79	79
SESI Assistência Social	41	45
INPAO DENTAL - Plano Odontológico	4	4
Depósito Judiciário	(3)	(6)
Total Curto Prazo	9.044	8.418

17. Obrigações por Concessão de Uso

As obrigações por concessão de uso estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>

(a) Corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde essa companhia ocupa áreas cedidas por àqueles órgãos sem ônus, arcando apenas os custos de manutenção.

18. Provisão para Contingências

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A companhia mantém provisão contábil julgada suficiente, de acordo com a posição dos assessores jurídicos, para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais ela é ré, e para as quais existem alguns depósitos judiciais realizados. As provisões e os depósitos judiciais estão apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	<u>Depósitos Judiciais</u>		<u>Provisões para Contingência</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cível (a)	77	92	5.362	5.484
Trabalhista (b)	1.363	934	2.375	1.339
	<u>1.440</u>	<u>1.026</u>	<u>7.737</u>	<u>6.823</u>

(a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços e à cobrança de serviços, dentre outros.

(b) As reclamações trabalhistas se referem basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação salarial, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo Intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

ii. Processos com prognóstico de probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2023 divididos por área, era:

	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Cível (a)	5.362	29.615	220	35.197
Trabalhista (b)	2.375	1.309	179	3.863
	<u>7.737</u>	<u>30.924</u>	<u>399</u>	<u>39.060</u>

19. Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas estão expostas a seguir:

a) Prefeitura municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG, com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

As operações com partes relacionadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários das suas atividades. Tais operações, relacionadas à atividade operacional da companhia, foram realizadas em termos equivalentes e que prevalecem nas transações com partes independentes e os saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Contas a Receber - nota explicativa nº 05	4.942	1.869
	4.942	1.869
Ativo Não Circulante		
Intangível - Cessão de Uso (I)	1.984	1.984
	1.984	1.984
Total Ativo	6.926	3.853
Passivo Não Circulante		
Cessão de Uso (I)	1.985	1.985
Total Passivo	1.985	1.985

(i) A cessão de uso se refere a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora utiliza o imóvel, da companhia, localizado na Av. Presidente Itamar Franco lojas 992 e 994 e em contrapartida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

b) operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados, não possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

Os custos de 2023 e 2022 realizados para remunerar a diretoria e os conselheiros foram de R\$ 1.044 mil e 980 mil respectivamente, conforme condições previstas nos respectivos contratos e reconhecidos em rubrica própria.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, da companhia, está composto da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de Ações (em ações mil)	%	R\$
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	299.464	99,99%	299.464
DEMLURB	30	0,01%	30
Total	299.494	100,00%	299.494

b) Dividendos

O cálculo dos dividendos é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido	34.141	38.589
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	5.296
(-) Reserva Legal (5%)	(1.707)	(2.194)
(-) Subvenções	-	(1.751)
(-) Tarifa Subsidiada	-	(7.373)
(+) Despesas Tarifa Subsidiada	-	1.622
Base de Cálculo dos Dividendos	32.434	34.189
Mínimo a Distribuir (25%)	8.108	8.547
JSCP+Dividendos	(13.000)	13.694

21. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela Bradesco Multipensions, entidade fechada de previdência complementar.

Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora (patrocinadora) paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora (patrocinadora) é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

22. Instrumentos Financeiros

a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, da companhia se refere a empréstimos a pagar, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da companhia. A companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, como exposto a seguir:

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutua devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas da companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e a probabilidade de não recebimento desses valores.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por estimativa para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas operacionais de capital. Os financiamentos destinam-se as obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

b) Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Período	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Alavancagem	8%	6%	10%	12%	10%	9%

23. Conciliação da Receita Bruta e Receita Líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, e sua conciliação com a receita líquida é assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviço de Água		
Tarifa de Água	165.149	150.508
Outros Serviços Técnicos	803	245
Ligações	561	3.127
Ampliações Redes	2	6
Cortes e Sanções	2	166
	166.517	154.052
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	107.690	98.088
Ligações	130	88
Ampliações Redes	14	463
Outros Serviços	-	1
	107.834	98.640
Receita Bruta	274.351	252.692
COFINS sobre Faturamento	(21.128)	(19.577)
Cancelamentos	(10.062)	(6.933)
PIS sobre Faturamento	(4.532)	(4.201)
	(35.722)	(30.711)
Receita Líquida	238.629	221.981

24. Custo dos Serviços Prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos Sistemas		
Serviço de Água	66.003	58.077
Despesas Gerais	25.412	20.945
Serviços de Terceiros	13.821	14.629
Depreciações e Amortizações	11.645	9.637
Material e Insumos	11.134	9.534
Pessoal	3.991	3.332
Serviços de Esgoto	20.676	15.576
Serviços de Terceiros	10.528	7.313
Pessoal	3.800	2.660
Depreciações e Amortizações	3.393	2.948
Despesas Gerais	1.720	1.412
Material e Insumos	1.235	1.243
	86.679	73.653

25. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Administrativas		
Pessoal	71.997	66.525
Serviço	17.258	13.275
Material e Insumos	2.145	2.283
Depreciações / Amortizações	1.652	1.555
Energia Elétrica	322	382
Baixa de Crédito/PCLD	59	(3.246)
Provisão p/ Contingência	914	1.236
Subtotal	94.347	82.010
Gerais	5.191	4.009
Total	99.538	86.019

26. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro está assim demonstrado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Financeira		
Rendimento Aplicações	21.517	19.384
Juros Auferidos	2.037	822
Ascrécimo por Impontualidade (a)	1.298	1.367
Variações Monetária	325	691
Descontos Obtidos	173	209
	25.350	22.475
Despesa Financeira		
Juros Financiamentos	(4.728)	(5.186)
Tarifa com Cobrança de Faturas	(2.344)	(2.354)
Variação Monetária de Financiamentos	(612)	(639)
Outras Despesas Financeiras (b)	(1.046)	(944)
	(8.730)	(9.125)
Resultado Financeiro	16.620	13.350

a) São valores recebido das faturas pagas com atraso;

b) Corresponde aos valores creditados referente as atualizações monetárias e demais despesas dos financiamentos contratados.

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda

A companhia impetrou ação ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010, foi deferida tutela antecipada pela Juíza Federal Titular da 3ª Vara de Juiz de Fora - MG, a favor da companhia, ação essa que se encontra no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para conclusão. Neste sentido, a companhia não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento dessas demonstrações; o valor acumulado até a data dessas demonstrações financeiras é de R\$ 139.347 mil, sendo R\$ 65 mil, no passivo circulante, e R\$ 139.282 mil, no passivo não circulante, conforme disposto na nota explicativa nº 13.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	54.474	59.293
Adições e Exclusões		
Reversão PECLD	(1.486)	(3.246)
Provisão para Contingência	914	1.236
Apoio Institucional	593	24
Doações	354	37
Auto de Infração	1	-
Gratificações a Diretores	22	33
Receitas de Subvenção	-	(1.751)
Ajuste de Ativos	-	5.296
	398	1.629
Base de Cálculo	54.872	60.922
Alíquota - 15%	8.231	9.138
Adicional - 10%	5.463	6.068
PAT	(37)	(35)
Total	13.657	15.171

b) Contribuição social sobre o lucro líquido

O valor registrado como despesa de contribuição social demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	54.474	59.293
Adições e Exclusões		
Reversão PECLD	(1.486)	(3.246)
Provisão para Contingência	914	1.236
Apoio Institucional	593	24
Doações	354	37
Auto de Infração	1	-
Gratificações a Diretores	22	33
Receitas de Subvenção	-	(1.751)
Ajuste de Ativos	-	5.296
	398	1.629
Base de Cálculo	54.872	60.922
Alíquota - 9%	4.938	5.483

27. Seguros

A companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de seus principais ativos e responsabilidades, em eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos, ela mantém apenas contratos de seguros para seus veículos de uso.

Não ocorreram durante o período perdas ou sinistros significativos, decorrentes dos riscos mencionados no parágrafo anterior.

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

Júlio César Teixeira
Diretor Presidente

Rafaela Medina Cury
Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo
Diretor Técnico Operacional

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão

Robson Dutra Ferreira
Contador
CRC-MG 070057